

PROJETO DE LEI Nº 3.728 DE 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Inclui conteúdo de educação ambiental nos currículos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.

DESPACHO:
09/11/2000 - (ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, EM 10/01/2001

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CECD	10 / 1 / 2001

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em:
Comissão de:		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

1

CASA

CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3728

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

28

MÊS

03

ANO

2001

RESPONSÁVEL PELA ENTREGA

Márcia

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Distribuído à Relatora, Dep. Esther Grossi.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/00)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

2

CASA

CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.728

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

08

MÊS

06

ANO

2001

RESPONSÁVEL PELA ENTREGA

Márcia

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Parecer contrário da relatora, Dep. Esther Grossi.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/00)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

3

CASA

CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.728

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

15

MÊS

10

ANO

2001

RESPONSÁVEL PELA ENTREGA

Cláudio

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Encaminhado à C.P.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/00)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA

CD

LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

NÚMERO

ANO

DATA DA AÇÃO

DIA

MÊS

ANO

RESPONSÁVEL PELA ENTREGA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/00)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.728, DE 2000
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Inclui conteúdo de educação ambiental nos currículos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São incluídos conteúdo de educação ambiental, tendo como objetivo geral a conscientização pública para a conservação e melhoria do meio ambiente:

- I – nos currículos do ensino fundamental e médio;
- II – nos currículos pertinentes ao ensino superior.



Parágrafo Único. No ensino fundamental e médio os conteúdos a que se refere o **caput** integrarão a base nacional comum dos respectivos currículos.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º São revogado as disposições em contrário.

Justificativa

A falta de conscientização de que os recursos naturais do planeta são finitos, e de que o homem é um hóspede do seu planeta, devendo-lhe o respeito e cuidado.

Vários fatores vem nos conscientizando para que mudemos de atitudes, rumo ao preservacionismo, em círculos sociais cada vez mais amplos.

A transformação de atitudes é contudo, lenta e deve ser realizada tão cedo quanto possível, formando nas crianças o sentido da conservação do ambiente em que vivemos. A escolarização tem oferecido o seu aporte, em diversos níveis, embora em nosso País isso em geral venha ocorrendo muito mais por iniciativa individual de escolas, professores, autores de livros didáticos e alguns sistemas de ensino


Assim, o presente projeto de lei, realçando e reforçando as iniciativas individuais, tem em vista dar ao tratamento



da temática o caráter compatível com a sua relevância. Para isso, inclui conteúdo de educação ambiental em todos os níveis de escolaridade.

Em vista das razões acima expedidas, apresentamos este projeto de lei contando com o apoio dos nossos Ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2000.


Deputado José Carlos Coutinho
PFL-RJ

Lote: 81 Caixa: 157

PL N° 3728/2000

5

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	08/11/00 às 17:54hs
Nome	Pedro
Ponto	3290



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.728/2000

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 03 de abril de 2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2001


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.728/2000

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 03 de abril de 2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2001

Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 3728/ 2000

Inclui conteúdo de educação ambiental nos currículos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.

Autor: Deputado José Carlos Coutinho

Relatora: Deputada Esther Grossi

I - RELATÓRIO

O projeto do nobre deputado visa assegurar o ensino de educação ambiental no ensino fundamental, médio e superior.

Para tanto, este projeto de lei prevê a inclusão do conteúdo de educação ambiental :

- 1 – Nos currículos do ensino fundamental e médio.
- 2 – Nos currículos pertinentes ao ensino superior.

II – VOTO DA RELATORA

A importância da educação ambiental é por si só evidente. Qualquer esforço na direção do respeito a natureza e da consciência da limitação dos recursos deve ser sempre bem vindo.

Vivemos em uma atmosfera única, o que ocorre em outros países nos afeta, e o que fazemos também afeta a todos.

Os recursos naturais são limitados e temos por obrigação moral disponibilizá-los para as próximas gerações.

Assim, necessitamos que a temática ecológica esteja em pauta em todas as escolas, e em todos os níveis, para que esta transformação cultural, ainda que lenta, ocorra.

Desta forma, do ponto de vista do mérito, a proposta é pertinente.

No entanto, a definição dos conteúdos é de competência da União, especificamente, do Conselho Nacional de Educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo 8º, no seu parágrafo 1º diz: " Caberá a União a coordenação da política nacional de educação ... exercendo função normativa..., e no seu artigo 9º estabelece que a União



CÂMARA DOS DEPUTADOS

incumbir-se-á de : " IV – Estabelecer..., competências e diretrizes..., que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos" e ainda no artigo 9º, em seu item IX parágrafo 1º, " Na estrutura educacional haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas..., criado por lei.

O Ministério da Educação Cultura e Desporto tem se preocupado com a temática em pauta, inserindo nos Parâmetros Curriculares Nacionais o ensino da educação ambiental. No caso do ensino fundamental, dividido em quatro blocos temáticos, um deles é justamente o Ambiente, que tem por objetivo valorizar a vida em sua diversidade e preservação do ambiente, segundo a página 86 do PCN de segundo ciclo de educação básica. Em outros níveis o assunto também é tratado, no mínimo como tema transversal

Entendemos assim não ser competência da Câmara a inclusão de conteúdos mínimos, e observamos que a aspiração de ter meio ambiente como conteúdo se encontra previsto nos documentos normativos em vigor.

Possivelmente o que necessitamos é a real implementação das normas já previstas, para que de fato a escola atinja seus objetivos de ensinar a todos e com qualidade.

O voto é pela reprovação.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 2001.


Deputada Esther Grossi

Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI N.º 3.728, DE 2001

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou, unanimemente, o Projeto de Lei n.º 3.728/2000, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Esther Grossi.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Walfrido Mares Guia, Presidente; Átila Lira, Dino Fernandes e Celcita Pinheiro, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Antonio Joaquim Araújo, Bonifácio de Andrada, Costa Ferreira, Divaldo Suruagy, Eduardo Seabra, Esther Grossi, Flávio Arns, Gastão Vieira, Ivan Paixão, Ivan Valente, João Matos, Jonival Lucas Júnior, José Índio, Luís Barbosa, Luiz Bittencourt, Marisa Serrano, Míriam Reid, Nelo Rodolfo, Nice Lobão, Paulo José Gouvêa, Professor Luizinho, Tânia Soares e Wolney Queiroz.

Sala da Comissão, em 3 de outubro de 2001


Deputado Walfrido Mares Guia
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.728-A, DE 2000

(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Inclui conteúdo de educação ambiental nos currículos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela rejeição (relatora: DEP. ESTHER GROSSI).

(AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

● Projeto Inicial

II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 3.728-A, DE 2000
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)**

Inclui conteúdo de educação ambiental nos currículos de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela rejeição (relatora: DEP. ESTHER GROSSI).

(AS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 10/11/00*

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão